



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**



RELATÓRIO

**Oficina de Elaboração dos Planos de Segurança
Alimentar e Nutricional nos Municípios
(Brasília-DF, 15 e 16 de setembro de 2014)**

PREÂMBULO

Os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde 2003, ao objetivar o combate à fome e à miséria no país, trilharam a construção da agenda da segurança alimentar e nutricional enquanto uma política pública de Estado, num amplo processo intersetorial e com participação da sociedade civil, definindo os marcos legais e institucionais dessa agenda – como a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), de caráter consultivo à Presidência da República; a instalação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), instância governamental responsável pela coordenação e pelo monitoramento intersetorial das políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, ao combate à fome, e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Plansan 2012/2015.

O Sisan foi instituído pela Lei 11.346 de 15 de setembro 2006, intitulada Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Losan), com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Desde a sua criação, avanços legais e institucionais têm garantido a sua

construção como estrutura responsável pela implementação e gestão participativa da Política Nacional de SAN em âmbito federal, estadual e municipal. Esta construção se dá de forma paulatina, num trabalho contínuo de dedicação, articulação e priorização política dos setores envolvidos.

O Sisan está cada vez mais forte. As suas instâncias interagem e funcionam plenamente na esfera federal (Caisan, Consea e Conferência de SAN). Atualmente, todas as Unidades da Federação aderiram ao Sistema. Nesses estados, os componentes Caisans e Conseas foram criados por leis e/ou decretos, em conformidade com a legislação federal. No entanto, há que ressaltar que diferentes realidades são observadas. Com a criação das Caisans, formou-se um grupo de gestores comprometidos com a consolidação do Sisan. O desafio atual é concretizar a atuação dessas instâncias estaduais e apoiá-las na sua capacidade operacional, no que concerne a recursos humanos, financiamento, estrutura física e apoio político. Além disso, também há o desafio da adesão dos municípios ao Sisan.

Dentre os esforços para fortalecer o Sisan nos estados e municípios, o Governo Federal apoia financeiramente os estados que fizeram adesão ao Sistema para o funcionamento de suas Câmaras Intersetoriais e Conselhos de SAN. Além disso, intensificaram-se as estratégias de mobilização, capacitação e formação de conselheiros e gestores que atuam no Sistema. Entre 2012 e 2014, foram realizados 6 (seis) encontros nacionais e 11 (onze) regionais, para a troca de experiências, orientações e pactuações que abordam temas como a adesão dos municípios, as compras institucionais da Agricultura Familiar e a promoção da alimentação adequada e saudável. Mais recentemente, foram selecionadas 9 (nove) universidades para apoiarem os estados na elaboração de seus planos de SAN e nas estratégias de mobilização e capacitação de gestores e conselheiros em SAN.

Os próximos passos são ampliar a implementação do Sistema nos municípios, a criação de instâncias e mecanismos de pactuação federativa, o avanço da discussão de financiamento para a gestão do Sistema, a implementação do Mapeamento de SAN nos municípios, o detalhamento do papel das Caisans no Sistema, a criação de tecnologias de informação e comunicação (boletins, sites, etc.), a regulamentação da participação das entidades privadas sem fins lucrativos no Sistema e o estabelecimento do Pacto de Gestão pelo DHAA.

A Oficina de Elaboração dos Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, realizado nos dias 15 e 16 de setembro de 2014, em Brasília-DF, teve como objetivo avançar no processo de implantação do Sisan e na elaboração do Plano Municipal de SAN, por meio de trocas de experiência entre os membros das CAISANs Federal, Estaduais e Municipais.

O Encontro contou com a participação gestores municipais, membros das Caisans estaduais, gestores federais e membros da CONSEA Nacional.

I. OBJETIVOS E METODOLOGIA DO SEMINÁRIO

1.1. Objetivos

- Avançar no processo de implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e na elaboração dos Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (Plano SAN).

1.2. Processo metodológico

A metodologia proposta para a Oficina foi capacitar os municípios para a elaboração de planos municipais a partir de apresentações das experiências dos municípios, debates em plenária e levantamento das principais dúvidas dos gestores municipais em relação à elaboração e monitoramento do Plano.

II. ABERTURA

A abertura do evento contou com a participação da Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Tereza Campello, do Secretário da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Sesan/MDS, Arnaldo de Campos; da Conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, Elza Braga; da Coordenadora da Política de SAN no estado do Pará, representando o conjunto de estado presentes no evento, Almira Mendes; Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul, representando o conjunto de municípios presentes no evento, Maria Cristina Carvalho.

Ministra Tereza Campello ressaltou que a área de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil é uma das mais ativas do mundo, e o Estado Brasileiro está no meio de um processo de criação que é muito novo. Por isso os desafios são para além do Brasil, pois a agenda afeta outras pautas no âmbito internacional.

Os avanços alcançados pelo Estado, de 2003 até hoje, são enormes. A agenda central no início desse processo era a fome, e hoje não é mais. A fome é um problema estrutural. Hoje a fome atinge a públicos específicos, como quilombola e indígena, e, portanto, temos que fazer a busca ativa junto com estados e municípios para incluí-los na nossa política. Agora a nossa

política tem que ter esse olhar específico, e sair das políticas estruturantes. Teremos que ter outro nível de detalhamento da política.

A Ministra conclui ressaltando que o grande desafio do Estado Brasileiro é a alimentação saudável, a qualidade dos alimentos. A produção de alimentos nunca foi o problema do Brasil. O problema é o acesso. E é o SISAN, articulando os planos municipais e estaduais, que irá atingir a população que ainda não tem acesso a alimentação saudável.

III. Mesa: O papel da Caisan e Consea na implantação do Sisan e na elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional

A mesa, mediada pelo **Secretário Executivo da CAISAN do Estado do Maranhão, Kleber Machado**, contou com a fala da Diretora da Sesan/MDS, Michele Lessa, e da representante do Consea Nacional, Elza Braga. Michele iniciou sua apresentação agradecendo a equipe que organizou a oficina, e o interesse dos municípios que estavam presentes, mesmo sem ter aderido ao SISAN, pois demonstra uma grande vontade de implementar a política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Michele ressaltou os seguintes pontos na apresentação intitulada “A implantação do Sisan e a elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional”

1 – A Segurança Alimentar e Nutricional

► Todas e todos têm direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. A SAN deve ser baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Trata-se de um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional não abrange, portanto, só o acesso. O alimento deverá ser, sobretudo, de qualidade e respeitando as particularidades e características culturais de cada região.

► A agenda da fome no Brasil

- Melhoria dos indicadores sociais: redução da pobreza e desigualdade social, redução da desnutrição e mortalidade infantil;

- Brasileiros consomem mais alimentos: aumento do poder de compra de alimentos pelas famílias, aumento do excesso de peso, obesidade e doenças crônicas;
 - Desafios relacionados à qualidade da alimentação
 - Obesidade e doenças crônicas
 - Não se pode culpar as famílias pela obesidade. O estado tem que assumir a sua responsabilidade nessa agenda, promovendo ambientes mais saudáveis para a população.
- Desafios de SAN nos municípios Algumas finalidades do Sisan nas cidades
- Produção de alimentos – distantes ou em outros municípios; alimentos processados;
 - Abastecimento - Dificuldades na logística para abastecer os equipamentos de SAN e atuação das grandes redes varejistas;
 - Consumo - Urbanização/alimentação fora de casa (*fast food*, prato feito, *self service*, *delivery*)
 - Globalização - Perda da identidade alimentar de cada região
- Algumas finalidades do Sisan nas cidades:
- Ampliar o acesso da população a alimentos mais saudáveis – fortalecer a produção, abastecimento e comercialização (centrais de abastecimento, mercados públicos, feiras, estímulo aos pequenos varejistas)
 - importante ter a noção do todo no município, toda a sua rede, pública e privada. Uma etapa do plano é o diagnóstico, ou seja, identificar quais são centrais de abastecimento, mercado público, feira, etc
 - Reduzir a insegurança alimentar e nutricional – atender grupos vulnerabilizados
 - Onde estão? Quem são? Como encaminhá-los?
 - Ofertar alimentação saudável nos equipamentos públicos – qualificação nas redes de educação, assistência social e saúde, nos restaurantes populares e cozinhas comunitárias;
 - Equipamentos públicos – Qualquer espaço público que entrega alimentos, oferta alimentos (escolas, hospitais, presídios, etc)

- Promover escolhas saudáveis pela população – educação alimentar e nutricional e criação de ambientes promotores da alimentação adequada e saudável (escolas, trabalho e outros);
 - Escolhas saudáveis – fazer atividades para ajudar as pessoas a fazer escolhas saudáveis. Ajudar a população a ter acesso fácil aos alimentos saudáveis
- Prevenir, monitorar e controlar agravos e doenças relacionados com a alimentação – fortalecimento da atenção à saúde
- Fomentar o desenvolvimento regional – interação com outros municípios

2 - O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

► Crescente evolução do Sistema, com leis, decretos:

- 2003 – Reimplantação do CONSEA
- 2006 - Lei 11.346 - Losan e regulamentação do CONSEA e CAISAN.
- 2010 – Instituição da PNSAN e do PlanSAN (Decreto 7.272/2010); EC 64/ 2010 - Alimentação como Direito Humano
- 2011 - Publicação do 1º Plano SAN adesão de 24 estados (+GO)
- 2013/14 – Revisão e balanço do PlanSAN e adesão de todos os estados e de 34 municípios. Adesão do DF, de 26 estados e 34 municípios ao Sisan
 - ▷ 2º semestre: Resolução da Caisan Nacional que define as competências federativas ao Sisan.

► LOSAN, Cap. II: SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SIVAN

- É um sistema público de **gestão intersetorial e participativa**.
 - ✓ Participação social: formular e implementar programas, dar visibilidade às distintas concepções e pactuar conflitos.
 - ✓ A sociedade civil hoje faz um debate mais qualificado e, por outro lado, o governo está aberto a escutar – democracia participativa.
- Possibilita a descentralização das ações e a articulação entre os níveis de governo (nacional, estadual e municipal) para a implementação das políticas de SAN.
- **Objetivos:**

- ✓ Formular e implementar **políticas** e planos de SAN;
- ✓ Estimular a **integração** dos esforços entre governo e sociedade civil;
- ✓ Promover o **acompanhamento**, o **monitoramento** e a **avaliação** de SAN no Brasil.

► Instâncias e ações do Sisan - O que se espera em cada município?

- I - Conselho de SAN – participação e controle social
- II – Câmara intersetorial de SAN – articulação, gestão intersetorial, monitoramento e avaliação
- III – Conferências de SAN – estabelecimento de diretrizes e prioridades
- IV – Programas e ações de SAN – organizados e articulados por meio do Plano de SAN
- V – Interface com Estados e Governo Federal – pactuação federativa

► União fortalecendo os estados e os estados fortalecendo os municípios

► O Sisan na prática:

- Quem diz o que fazer? A Conferência
- O que fazer? A Política
- Quem propõe? Consea, Órgãos e Instituições
- Quem faz? CAISAN
- Como fazer? Plano de SAN (PPA, LOA e LDO)
 - É no plano que o Município irá dizer o que irá fazer.
 - Não adianta ser um plano sem ser factível, se não será somente uma carta de intenções.
 - Tem que ter dinheiro, responsáveis e prazo para realizar.

► **3 - Relação CONSEA e CAISAN: experiência nacional**

- Presidenta da CAISAN é a ministra que é a secretária geral do CONSEA;
- Os ministros que estão no CONSEA são os mesmos que fazem parte do Pleno Ministerial da CAISAN;
- Na prática, quem trabalha mesmo é o Pleno Executivo (suplentes do Pleno Ministerial)
- Importância da participação social:
 - direito, controle social, vigília e monitoramento das políticas e programas.
 - qualifica as políticas públicas, legitima as ações dos gestores.

- Olhar das vulnerabilidades, sistema de produção, transgênicos, agrotóxicos – agenda de enfrentamentos/ persistência/ militância
 - A crítica e o reconhecimento dos avanços são fundamentais para o avanço da PNSAN: administrar os conflitos, negociação e concertação.
 - Apoio do governo ao CONSEA é fundamental para que desempenhe seu papel (técnico, logístico e político).
 - Aprimorar a relação: amadurecimento que envolve diálogo e convivência.
- **Precisamos de CAISANs fortes e CONSEAs fortes.**
 - Atribuições da CAISAN
 - promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração afetos à área de SAN.
 - Elaborar o primeiro Plano Nacional de SAN (PlanSAN).
 - Coordenar a execução da Política e do PlanSAN.
 - Assegurar a revisão do PlanSAN a cada dois anos.
 - Gerar informações ao CONSEA.
 - Instituir e coordenar o Fórum Tripartite.
 - Promover interlocução e pactuação com os órgãos e entidades do Governo.
 - Elaborar o pacto de gestão e outros instrumentos de pactuação federativa.
 - Promover e regulamentar a adesão e a participação das entidades governamentais e sem fins lucrativos.
 - Monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos de SAN no PPA e nos orçamentos anuais e dos resultados e impactos da Política e do PlanSAN.

▷DIRETRIZES Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

1. Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável;
2. Abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e de base agroecológica de produção, extração, processamento e distribuição;
3. Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional;
4. Ações voltadas a indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais
5. Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde;

6. Promoção do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente internacional de soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada;
7. Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada; e
8. Cooperação Internacional.

Se o município quiser na sua lei criar uma política municipal, tem autonomia para isso. Mas não é necessário para começar a elaborar o plano municipal, uma vez que já existe a política nacional que poderá ser subsídio.

4- Passos para elaborar o Plano de SAN – a experiência da Caisan nacional - Compromisso de elaboração em até 1 ano de adesão

- ▶ Plano Nacional de SAN – 2012 a 2015
 - ▶ DECRETO 7.272, de 25 de agosto de 2010 – institui a Política Nacional de SAN e define critérios para a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
 - ▶ Principal **instrumento de planejamento, gestão e execução da Política** Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)
 - ▶ Elaborado pela CAISAN, incluindo um processo de consulta ao CONSEA e aprovado pelo Pleno Ministerial da CAISAN, composto por 20 Ministérios, o PLANSAN 2012-2015 integra dezenas de ações do conjunto destes órgãos voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada.
 - ▶ Orçamento definido – 78 Bilhões
- ▶ Situação : Publicação do Balanço e Revisão do Plano (adequações)
 - ▶ Revisão do Plano – retirada as metas de processo e deixadas as metas de resultado para ficar mais factível de monitor. Nada de conteúdo foi retirado do plano
- ▶ Por que é estratégico?
 - ▶ Reunião de esforços do Estado para realizar o direito humano à alimentação adequado para todos os brasileiros (Governo + Sociedade civil)
 - ▶ Define metas, orçamento e responsáveis pelas ações e programas
 - ▶ Concretiza a política de SAN, e trabalha com todas as dimensões - produção, abastecimento e consumo de alimentos

- ▶ Está em sintonia com o PPA, principal instrumento de planejamento das políticas públicas do governo
 - ▶ Articula políticas capazes de combater e evitar a insegurança alimentar e nutricional
 - ▶ Fortalece a cultura dos direitos e os instrumento de exigibilidade
-
- ▶ Foi fundamental para o governo federal ter um plano de SAN
 - ▶ Como foi a criação do plano no governo federal?
 - ▶ 1º Passo – Criação de comitê ou grupo para a elaboração da proposta e da metodologia a ser adotada.
 - ▶ O primeiro passo foi criar um comitê específico para elaborar a minuta do plano. Primeiro esse comitê olhou o que tinha no PPA e fez uma análise para saber o que eram ações de SAN ou não.
 - ▶ **IMPORTANTE!** Os Municípios devem evidenciar as ações financiadas pelo governo federal e as financiadas pelo governo estadual. Ou seja, organizar o orçamento da SAN por fonte
 - ▶ 2º Passo – Elaboração de diagnóstico sobre a situação alimentar e nutricional local.
 - ▶ Fontes de informações sobre diagnóstico: Pesquisas Nacionais como a POF, PNAD, entre outras pesquisas estaduais e municipais;
 - ▶ A secretaria de planejamento do município é fundamental nessa agenda
 - ▶ Usar as tecnologias dos sistemas já existentes
 - ▶ DataSAN - É um portal com dados e indicadores
 - ▶ **Dimensões de análise:** Produção e Disponibilidade de alimentos; Renda e Despesas com alimentação; Acesso à alimentação adequada; Saúde, nutrição e acesso aos serviços de saúde; Educação; Monitoramento do Plano de SAN (SISPLANSAN)
 - ▶ Consultas públicas

- ▶ **IMPORTANTE! Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais** e outras minorias devem ser públicos prioritários, pois possuem índices maiores de insegurança alimentar e nutricional.
- ▶ **IMPORTANTE! Garantir abordagem de gênero e geracional.**
- ▶ Parcerias com as Universidades locais podem apoiar este processo de diagnóstico local.
 - ▶ 3º Passo – Definição dos principais desafios a serem enfrentados no Plano de SAN e as prioridades que serão consideradas, com base nas diretrizes da Política de SAN.
 - ▶ Sentar junto com o CONSEA e pensar quais os principais desafios nos municípios. O que tem que ser resolvido? No plano nacional foram elencados dez desafios.
 - ▶ 4º Passo – Mapear as principais ações de SAN das diferentes secretarias e áreas de governo, utilizando o PPA estadual/municipal e as leis orçamentárias.
 - ▶ Quanto mais próximo o plano de SAN estiver do PPA e das macroestratégias dos governos, maior a chance dele ser bem sucedido. Ao mesmo tempo deve apontar lacunas, contando com a participação da sociedade civil.
 - ▶ O Plano de SAN : instrumento político de fortalecimento da Política de SAN nos estados, Distrito Federal e municípios e instrumento de gestão, na medida em que é possível monitorar as metas e ações nele previstas.
 - ▶ A CAISAN pode até estar ligada a uma Secretaria Setorial, mas o Plano de SAN deverá ter ações articuladas intersetoriais
 - ▶ 5º Passo – Definição dos objetivos, metas, responsáveis e ações orçamentárias, dialogando com os instrumentos de planejamento e orçamento local.
 - ▶ O momento de definição de **objetivos** e **metas** é extremamente importante para a construção de um Plano que seja desafiador, mas ao mesmo tempo factível.

- ▶ O plano não precisa ter uma quantidade grande de metas no Plano, devem ser colocadas as metas prioritárias e que possam ser cumpridas no período de execução do Plano.
 - ▶ Deve haver definição expressa dos órgãos responsáveis pelas metas e das respectivas ações orçamentárias ou não orçamentárias.
 - ▶ O estado e/ou município devem identificar as diferentes fontes das ações orçamentárias,
- ▶ 6º Passo – Definição das estratégias de articulação entre as ações previstas no Plano.
- ▶ Cada ente federativo deve definir quais estratégias de articulação são fundamentais para a efetividade dos programas de SAN.
 - ▶ É importante que a definição das estratégias seja feita pelos setores de governo, direta e indiretamente envolvidos com as políticas de SAN.
- ▶ 7º Passo – Definição dos mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano.
- ▶ O Decreto 7272/2010 (Capítulo VII):
 - ▶ **Definir metodologia, instrumentos e recursos** para aferir a realização progressiva do DHAA e a implementação dos objetivos e metas pactuados no Plano de SAN;
 - ▶ **Utilizar e fortalecer os sistemas de informação já existentes;**
 - ▶ **Tornar públicas as informações coletadas;**
 - ▶ **Aferir sistematicamente os indicadores apontados no diagnóstico e desafios.**
- ▶ 8º Passo – Finalização do Plano após um processo de consulta pública à sociedade.
- ▶ Até este momento, o Plano já passou certamente pela CAISAN e pelo CONSEA local.
 - ▶ A consulta pública tem como objetivo abrir o canal de discussão com a sociedade e com os atores que ainda não foram escutados.

- ▶ Após aprovação, o Plano precisa ser formalmente encaminhado para análise e pareceres jurídicos, seguindo para publicação, preferencialmente por algum ato formal da CAISAN local.
- ▶ A ampla divulgação dos Planos de SAN é de fundamental importância para que seus conteúdos possam ser apropriados pelos diversos atores sociais.

A Professora e Conselheira do CONSEA Nacional apresentou ao público presente *“O papel da Caisan e Consea na implantação do Sisan e na elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional – o olhar da Sociedade Civil”*, abordando os seguintes aspectos:

- ▶ “Para o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, a SAN está umbilicalmente ligada à garantia do Direito Humano à Alimentação. Ou seja, de todas as pessoas, independente de etnia, sexo, origem, idade ou orientação sexual, estarem livres da fome e para se alimentarem de forma saudável e adequada as suas culturas. Ao passo que cada país tem que ter a possibilidade de definir suas políticas de produção, distribuição e consumo de alimentos, em resumo, possuir Soberania Alimentar “
- ▶ Que Sisan nós queremos ?
 - ▶ Envolvimento dos três entes Federados- responsabilidade;
 - ▶ Intersetorialidade (produção, distribuição e consumo de alimentos);
 - ▶ Efetiva participação social – Consea’s estruturados funcionando c/ Comissões Permanentes e representando as organizações e movimentos sociais na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e c social;
 - ▶ Ampliação do orçamento do PPA; política de cofinanciamento.
- ▶ A adesão ao Sisan pelos Municípios – desafios
 - ▶ Tarefa fundamental e complexa - fortalecimento do Sisan;
 - ▶ Diversidade regional e multiplicidade de culturas
 - ▶ Necessita de definir normas operacionais básicas, sem engessar a riqueza da diversidade dos povos e populações;
 - ▶ Pactos de gestão - 3 esferas de governo com papéis e responsabilidades definidas;
 - ▶ Prover recursos de financiamento e co-financiamento;

- ▶ Consea's municipais pautando a realização do DHAA- participação e controle social
- ▶ Adesão é fundamental, mas ela não pode ser burocrática. Tem que ser dialogada para que realmente os municípios que façam a adesão estejam preparados. O sistema operando com a mediação dos CONSEAs, que devem articular entre eles (nacional, estaduais e municipais)
- ▶ Importância da adesão dos Municípios
 - ▶ É a base do Sistema - capilaridade no território;
 - ▶ Instância privilegiada de implantação das ações, programas e da política de SAN;
 - ▶ O Sistema operando -mediações dos Consea's (N,E) e das Caisan's (N e E);
 - ▶ Apoio financeiro e técnico operacional – normativas;
 - ▶ Construção de núcleos territoriais de formação continuada em SAN;
 - ▶ Avanço na constituição de seus componentes: Plano, Caisan, Participação Social (Consea e interação com as instâncias organizativas da sociedade civil, + Conferências);
 - ▶ Marcos institucionais – normativas de gestão- articulação tripartite;
 - ▶ Lei orçamentária - financiamento da gestão e de contrapartidas;
 - ▶ Editais/convênios e termos de parcerias;
 - ▶ Processo de co-financiamento – parcerias com a Sociedade Civil - Regulamentação Lei 13.019
 - ▶ Mecanismos de monitoramento e avaliação.

Objetivos

- Construir uma concepção comum sobre a finalidade e as formas de funcionamento do Sisan nos municípios;
- Discutir estratégias e mecanismos para a implantação e funcionamento do Sisan e efetivação da Política Nacional de Segurança Alimentar — PNSAN nos municípios;
- Estimular a adesão municipal ao Sisan.
- ▶ No momento que o município faz adesão, é fundamental que a CAISAN funcione com efetividade, ou seja, que os representantes tenham minimamente um poder de decisão para dialogar com suas secretarias, para que o município se comprometa de fato com a política de SAN.

- ▶ O Sistema de monitoramento é o mais vital do plano, pois quando avaliamos e monitoramos estamos trazendo a questão da corresponsabilidade do município e trabalhando com a corresponsabilidade compartilhada com vários órgãos e sociedade civil.
- ▶ Esse trabalho do monitoramento pode ser feito pela caisan de forma pedagógica, trazendo todas as pessoas que trabalham com SAN para o diálogo.
- ▶ As instituições se sentem responsável pelas ações
- ▶ Trazer as informações no âmbito local, que expressem a dinâmica da realidade dos avanços e dificuldades daquele município. Não só olhar para as conferência nacional, mas também para a estadual e municipal.
- ▶ **Caisan- Passo a passo para elaboração do Plano de SAN**
 - ▶ Apropria-se dos conceitos básicos;
 - ▶ Definir metodologia participativa – envolver Consea's, outros conselhos (Decreto 8.243) e outras entidades/instituições - construir sinergias na elaboração, execução e monitoramento);
 - ▶ Levantar e utilizar os documentos existentes em nível nacional, estadual e municipal;
 - ▶ Apropriar-se do contexto local/territorial: programas, ações e projetos existentes na área de San, relatórios das conferências e outros;
 - ▶ Levantar os principais indicadores de SAN;
 - ▶ Desenhar a estrutura do documento levando em consideração as diretrizes estabelecidas e suas respectivas metas;
 - ▶ Previsão orçamentária –PPA- e outras fontes de financiamento - fundos e outros;
 - ▶ Elaborar sistema de monitoramento, avaliação - atualização – *locus* institucional e responsabilidade.
- ▶ **Reflexão:**
 - ▶ É importante que a elaboração do plano se torne um grande momento político no estado ou no município. Que cada secretário se sinta e se veja dentro da caisan.
 - ▶ O CONSEA tem que dialogar com alguns sistemas, sobretudo com a saúde, educação e assistência. Dialogar é construir junto, elaborar junto, monitorar junto. Tem que ser uma construção conjunta e compartilhada.

IV. Parte 1: Oficina de elaboração e monitoramento de Planos de SAN

Temas: processo de elaboração e conteúdo de um Plano de SAN

O objetivo da oficina foi capacitar os municípios para a elaboração de planos estaduais de SAN, levando-se em conta que este processo já está sendo realizado pelos municípios, com dinâmicas e tempos heterogêneos.

Em um primeiro momento foi apresentada a equipe do MDS responsável pela sistematização, atualização e monitoramento do Plano Nacional de SAN e realizado um breve histórico sobre a I e II Oficina de Monitoramento, realizadas este ano em Recife (PE) e Brasília (DF) e sobre o processo de atualização do Plansan 2012-2015.

A Oficina foi pensada para todos os estados e municípios, independente do grau de implantação e monitoramento dos Planos de SAN e a teve como resultado a construção de consensos referentes aos processos de elaboração, avaliação e monitoramento dos Planos de SAN. Foi organizada em diferentes dinâmicas descritas a seguir.

5.1 Conteúdo

Foram distribuídas tarjetas aos representantes das Caisans estaduais e municipais para que esses escrevessem três perguntas/dúvidas sobre a elaboração dos planos. A ideia era que os participantes percebessem a oficina como um momento de diálogo em torno de dúvidas que seriam respondidas ao longo da oficina. As perguntas geradas foram divididas em quatro categorias: estrutura e forma; conteúdo do plano; processo de elaboração; e monitoramento.

Os questionamentos levantados foram agrupados conforme as categorias acima.

- Estrutura e Forma:

1. Os recursos do programa Bolsa Família entram no Plano? E o PAA também entra?
2. Como o Estado insere no Plano uma meta que todo recurso é Federal (exemplo do PBF)?
3. Pode utilizar o recurso do IGD para incentivar ações da Política de Segurança Alimentar?
4. Existe outra legislação existente para fomentar a SAN?
5. O Plano pode conter dados de hortas dos agricultores da agricultura do município?
6. Como garantir os recursos dispostos no PPA durante o quadriênio?
7. Após o Plano elaborado, onde o CONSEA é consultivo?
8. Como articular o Plano, o financiamento e o orçamento no momento da elaboração?
9. Como garantir as ações de SAN apenas com recursos setoriais?
10. Quais pontos devem ser observados na revisão do Plano?
11. O Plano deve conter previsão orçamentária?

12. Inserção de ações financiadas ou verbas vinculadas diretamente para ações específicas e temporárias.
13. Em uma cidade portuária, após adesão ao Programa, como proceder na implementação do Banco de Alimentos?
14. Quantas páginas deve conter o conteúdo do Plano?
15. Qual a opinião do MDS quanto ao Fundo de SAN?
16. Na LOSAN municipal deve estar contida a questão do Fundo de SAN?
17. A presença do Fundo de SAN na LOSAN municipal é um pressuposto/impedimento à adesão ao SISAN?

- Conteúdo do Plano:

1. Depois de realizado o diagnóstico e diante da realidade do município, como faz para definir quais são as prioridades?
2. Se a prioridade identificada depender de orçamento municipal e essa não disponibilizar do mesmo, ela entra ou não no Plano?
3. Em alguns municípios de São Paulo, as especificidades do setor agrícola (nos aspectos privados e de política pública) dificultam trabalhar a agenda de SAN, tendo como prioridade a questão da promoção da Agricultura Familiar. Tendo em vista a diretriz 2 da PNSAN , sobre estruturação de sistemas locais, como fazer em relação ao Plano municipal?
4. Quais os principais conceitos de SAN que não podem ficar de fora do Plano?
5. Como fazer para contemplar no Plano as ações da sociedade civil?
6. Há algum incentivo para custear uma Central de Alimentos?
7. O Plano deve conter ações de todas as esferas do governo?

- Processo de Elaboração:

1. Em algum momento, a Rede de Apoiadores dará suporte aos municípios no que diz respeito ao Plano?
2. Como formular uma proposta de diagnóstico que atinja as necessidades de SAN para além da saúde, educação e desenvolvimento social?
3. Existe definição da Estrutura Organizacional de SAN, estadual e municipal?
4. Seria o Marco Legal, o contexto, diretrizes, diagnóstico, ações e cronograma responsáveis pela elaboração?

5. Como construir um diagnóstico que ultrapasse as Políticas de SAN para além da saúde, educação e desenvolvimento social?
6. Publicação nos Diários Oficiais/jornais de grande circulação.
7. O meu município não possui CAISAN nem CONSEA, quem deve elaborar o Plano de SAN? O departamento de SAN da Secretaria de Assistência?
8. O Plano deverá ser encaminhado ao legislativo para se tornar Lei Municipal?
9. Quais órgãos municipais devem ser envolvidos no processo de elaboração do Plano?
10. Como diagnosticar os problemas sociais do município para a elaboração do Plano e para se tornar apto a inclusão da população?
11. Quem participa da elaboração do Plano?
12. Como elaborar? Quem são os atores da elaboração?
13. Qual influência política no andamento da elaboração do Plano com a mudança da Gestão Estadual?
14. Qual o formato da estrutura da Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios?

- Monitoramento:

1. Como criar o Sistema de Monitoramento?
2. Como solucionar as dificuldades em levantar dados para o diagnóstico?
3. A quem compete o monitoramento?
4. Como saber se aquela ação específica teve impacto desejado?
5. Na vida real, pode haver múltiplos fatores influenciando, por exemplo, o aumento da renda. Como desagregar essa informação para saber o quanto da redução foi devido ao Programa Bolsa Família ou outras Políticas Públicas?
6. Como garantir o monitoramento pelo Poder Público?
7. Dada que uma pesquisa de base populacional é muito cara, como fazer para medir a situação da Insegurança Alimentar no município? Para saber exatamente o problema e o público-alvo das ações.
8. Quais os índices/indicadores para o diagnóstico da situação de Insegurança Alimentar no município?
9. Quais os órgãos devem ser inseridos no monitoramento do Plano?
10. Qual deve ser o fluxo de monitoramento?
11. O quê e como monitorar o Plano?
12. O monitoramento será avaliado por dados qualitativos ou quantitativos?

13. Quais os dados devem conter no diagnóstico? Deve elaborar todos os setores (produção, distribuição e acesso aos alimentos)? Este diagnóstico deve ser produzido por uma pesquisa?

VI. Segundo Dia - Parte 2: Oficina de elaboração e monitoramento de Planos de SAN

Temas: forma e estrutura de um Plano de SAN

No segundo dia de Oficina, os municípios de Poços de Caldas – MG¹ e João Pessoa – PB², apresentaram ao público os trabalhos realizados para a construção do Plano Municipal de SAN. Carlos Eduardo Almeida, do município de Poços de Caldas - MG apresentou a experiência de elaboração do Plano Municipal. Segundo Carlos, o grande avanço na elaboração do Plano foi a interação da sociedade civil com o poder público. Outro grande avanço foi a conscientização dos cidadãos quanto a política de segurança alimentar e nutricional. Para o gestor do município de Poços de Caldas, é importante enxergar o processo de construção do plano como um processo dinâmico e também como um espaço de disputa. Por isso a importância de uma boa relação do governo com a sociedade civil, pois é ela que ajuda o governo a enxergar o que não consegue enxergar.

Lúcia Silvia, diretora de Segurança Alimentar e Nutricional do município de João Pessoa, apresentou o processo de elaboração do Plano Municipal de SAN que ainda está em construção. A discussão sobre a elaboração do plano aconteceu no âmbito do CONSEA que avaliava sobre a importância do Plano enquanto instrumento de fortalecimento/implementação das Políticas Públicas de SAN no município. Foi criado um Grupo de Trabalho - GT, dividido entre governo e sociedade civil, para discutir a elaboração do plano com base nos documentos das conferências nacional e estadual. Cada GT teve a autonomia de fazer um encontro semanal, dividido em cada eixo, que depois era levado para o pleno do CONSEA.

Após o debate sobre as apresentações das experiências municipais deu-se continuidade a Oficina com o esclarecimento das principais dúvidas dos participantes através de uma leitura explicativa do Decreto 7272/2010 referindo-se a cada uma das diretrizes e às ações prioritárias

¹ Apresentação em anexo

² Apresentação em anexo

que estão presentes no Decreto. Fez-se referência à necessidade dos planos estaduais e municipais também usarem o documento como referência.

Em seguida foram apresentadas todas as diretrizes do Plano Nacional de SAN e o conteúdo de cada diretriz, usando como referência o próprio Plano, o Decreto 7272 e as Conferências. A partir desta leitura, realizou-se um debate com os municípios com o objetivo de conhecer os programas e ações de SAN de acordo com as diretrizes apresentadas:

Abaixo segue a sistematização dos programas gerados.

- Diretriz 1

1. Lixo que vale (Umuarama/PR) (troca de material reciclável por alimento - “moeda verde”).

- Diretriz 2

1. Lavouras e hortas comunitárias (Goiânia/GO).

- Diretriz 3

1. Capacitação de gestores, técnicos e conselheiros de segurança alimentar e nutricional; e

2. Capacitação de nutricionistas em segurança alimentar e nutricional (Goiânia/GO).

- Diretriz 6

1. Capacitação e conscientização sobre utilização dos recursos hídricos, meio ambiente, qualidade da água e doenças transmitidas por meio da água não tratada (Aparecida de Goiânia – GO).

- Diretriz 7

1. Ações de segurança alimentar com imigrantes e refugiados (Cuiabá/MT, Criciúma/SC, Blumenau/SC, Rio Branco/AC, Porto Velho/RO, Rio Grande/RS).

- Diretriz 8

1. Capacitação dos agentes do Sistema de Justiça em SAN e DHAA.

6.1 Processo de Elaboração

Os Municípios presentes foram divididos, aleatoriamente, em grupos. A dinâmica tinha como atividade escrever, em tarjetas, os principais processos de elaboração dos Planos de SAN.

Abaixo segue a sistematização dos processos.

Grupo 1:

1. Montar um grupo de trabalho (CAISAN);
2. Diagnóstico das ações de SAN no município;
3. Estrutura Organizacional do Plano;

4. Definir as diretrizes (objetivos e metas);
5. Atender as demandas da conferência; e
6. Monitoramento.

Grupo 2

1. Reunir as secretarias afetas para identificar o que está sendo realizado e como está sendo realizado;
2. Estudar os Planos existentes e as leis da Política;
3. Elaboração de diagnóstico (listar ações);
4. Identificar os recursos necessários;
5. Levar aos conselhos;
6. Conferências;
7. Aprovação do Pleno; e
8. Sanção do prefeito.

Grupo 3

1. GT da CAISAN;
2. Subsídios da Conferência e PPA;
3. Objetivos do GT (Consultoria ou GT);
4. Elaboração e sistematização;
5. Apreciação do CONSEA; e
6. Publicação.

Grupo 4

1. Formação de GT dentro da CAISAN;
2. Diagnóstico do município;
3. Levantamento das ações de SAN no município (PPA);
4. Definir os desafios;
5. Definir objetivos e metas por cada diretriz de SAN; e
6. Definir monitoramento e indicadores.

Grupo 5

1. Definir o que é SAN;
2. O que o município faz de SAN;
3. Localizar o público alvo;

4. Socializar as ideias com os gestores;
5. Realizar o mapeamento;
6. Definir metas; e
7. Criar grupos de trabalho.

Grupo 6

1. Criação da Lei Orgânica Municipal de SAN;
2. Institucionalizar e efetivar as instâncias de SAN;
3. Realizar as Conferências Municipais;
4. Realizar o diagnóstico de SAN municipal; e
5. Elaborar o Plano municipal.

Grupo 7

1. Formação do Grupo de Trabalho;
2. Diagnóstico;
3. Levantamento dos programas/ações de SAN;
4. Definição de metas prioritárias e prazo de execução; e
5. Definição de dotação orçamentária e sua alocação;

Grupo 8

1. Reunião CAISAN (sensibilização do secretariado municipal e agenda de trabalho);
2. Oficina de nivelamento em SAN;
3. Contratar consultoria (opcional);
4. Levantamento dos programas, projetos e serviços de SAN no município;
5. Elaboração do diagnóstico de SAN e seus desafios;
6. Definição das diretrizes que o Plano irá seguir de acordo com as diretrizes do Decreto 7272/2010 e/ou Lei local;
7. De acordo com as diretrizes, estabelecer objetivos, metas, ação orçamentária;
8. Definição dos indicadores de SAN e seus mecanismos de monitoramento;
9. Apresentação do Plano ao CONSEA;
10. Aprovação do Plano pela CAISAN; e
11. Publicação PLANSAN.

Grupo 9

1. Grupo de trabalho (comissões e CAISAN/CONSEA);
2. Alinhamento conceitual;
3. Parceria com as universidades;
4. Participação da Sociedade Civil;
5. Diagnóstico;
6. Articular com o PPA e Conferências; e
7. Validação pelo CONSEA municipal.

Grupo 10

1. Definir quem irá participar do Grupo de Trabalho de elaboração do Plano;
2. Diagnóstico das entidades ligadas à Segurança Alimentar;
3. Criar Grupos de Trabalho para cada uma das diretrizes;
4. Buscar as propostas das Conferências;
5. Elaborar reuniões, oficinas e audiências públicas com representantes de diversos entes e consultoria externa, caso necessário;
6. Mapeamento das ações de SAN nas diversas áreas do governo, de acordo com as leis orçamentárias; e
7. A CAISAN faz e apresenta o Plano final para o CONSEA, que é a pactuação final.

Grupo 11

1. Formar grupo de trabalho para elaboração do Plano com componentes da CAISAN;
2. Elaboração do Diagnóstico (identificar violação do DHAA, demandas da Conferência de SAN, realidade das políticas relacionadas a SAN e mapear ações de SAN);
3. Definir os desafios diante das prioridades;
4. Definir objetivos e metas a curto, médio e longo prazo;
5. Propor ações relacionadas às diretrizes;
6. Definir estratégias de articulação;
7. Definir mecanismos de monitoramento e avaliação;
8. Promover audiência e consulta pública;
9. Validação com o CONSEA; e
10. Validação pela CAISAN e publicação.

6.3 Estrutura e Forma do Plano

As orientações referentes à estrutura e forma dos Planos de SAN seguem o disposto no Decreto 7272/2010. Neste sentido a macro-estrutura dos Planos de SAN devem conter:

1. Contextualização / diagnóstico
2. Desafios
3. Metas
4. Monitoramento (indicadores)

Estrutura das metas:

- Diretrizes da PNSAN - Objetivos – Metas

Monitoramento das metas:

- Órgão responsável;
- Correspondência com o Plano Plurianual (PPA) Estadual: podem ser cruzados sistemas para não haver duplicação de informações. Algumas ações não tem orçamento no PPA, mas existem outras formas de financiamento destas ações que, orçamento são estratégicas de estarem no Plano
- Anualização – As metas qualitativas devem estar discriminadas anualmente para facilitar o monitoramento.
- Ação orçamentária correspondente.

Para organizar o Plano pode-se montar uma tabela conforme modelo abaixo:

Meta	Resp.	PPA	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015	Ação Fonte Estadual	Ação Fonte Federal

Como elaborar as metas?

1º passo: Levantamento de programas para cada uma das Diretrizes.

Obs.: só entram no levantamento dos programas aqueles cujos recursos para financiamento estão previstos no orçamento do estado ou, que apesar de os recursos não

passarem pelos cofres estaduais, o estado possui governabilidade na sua gestão e na elaboração de metas;

2º passo: Separação dos programas em objetivos correlatos;

3º passo: Definição de metas para cada um dos objetivos;

4º passo: Registro das ações orçamentárias que “financiam” aquela meta.

Como devem ser as metas?

- Estratégicas, prioritárias
- Mensuráveis (quantitativamente ou qualitativamente)
- Ligadas a ações orçamentárias ou não
- Metas já existentes/conhecidas ou metas inovadoras

O Plansan deve ser revisado a cada dois anos, com base:

- Nas orientações da Caisan,
- Nas propostas do Consea e
- No monitoramento da sua execução.

6.4 Instrumentos

Alguns documentos podem contribuir no processo de elaboração dos Planos de SAN, são eles:

Normativos:

- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan (Lei nº 11.346/2006)
- Decreto de regulamentação da Losan (nº 7.272/2010)
- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Plansan 2012/2015

Ferramentas:

- Datan: *aplicacoes.mds.gov.br/sagi/datasocial*
- Relatório de Informações Sociais de SAN: *aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3*
- PAAData: *aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa*
- Sites:
 - *www.ibge.gov.br*
 - *www.datasus.saude.gov.br*
 - *www.fnde.gov.br*
 - *www.mda.gov.br*

Demandas da Sociedade Civil:

- Relatórios das Conferências Estaduais e Nacional de SAN
- Recomendações do Consea

Atualmente há duas formas de estabelecer o monitoramento: o Monitoramento do Plano Nacional de SAN a partir das metas estabelecidas; e a matriz de indicadores de resultados, como o índice de segurança alimentar, o estado nutricional, a produção de alimentos, ou seja, ao mesmo tempo em que é monitorado o plano também é monitorado o estado de segurança alimentar.

VII. Construção da agenda de trabalho e encaminhamentos

Patrícia Chaves Gentil, Coordenadora-Geral de Implantação do Sisan – SESAN/MDS, encerrou a Oficina apresentando ao participantes a Agenda de trabalho da Caisan Nacional e seus encaminhamentos, abaixo listados:

➤ **Macroprocessos do Sisan**

1. Mobilização, capacitação e formação para DHAA, SAN e Sisan
2. Monitoramento e avaliação
3. Participação social
4. Comunicação
5. Financiamento

➤ **Mobilização, capacitação e formação para DHAA, SAN e Sisan/ Participação social –**

▶Eventos:

- 4ª CNSAN +2
- Oficinas Regionais do Sisan 2012/2013/2014
- Reunião com as Caisans Estaduais 2013/2014
- Encontro das Caisans, Conseas e rede de apoiadores (universidades)
- Oficina de diálogo sobre Monitoramento do Plano Nacional e dos Planos Estaduais
- Oficina com os municípios que aderiram ao Sisan
- Realização das Conferências de SAN
- 5ª Conferência de SAN em 2015

- ▶ Rede de parceiros (universidades)
 - 10 universidades selecionadas para apoiar os estados
- ▶ Publicações
 - Folder Sisan e orientações para a adesão
 - Balanço do Plansan - 2012/2015
 - Orientações para elaboração de Planos de SAN (no prelo)

➤ **Pactuação federativa:**

- ▶ Apoio financeiro e técnico aos estados (convênios)
 - Convênios para todos os estados: mobilização, capacitação, consultoria e elaboração dos Planos de SAN.
- ▶ Resolução Caisan: Definição das atribuições das Caisans no Sisan
- ▶ Adesão de 34 municípios ao Sisan + 14 municípios
 - ▷ *(previsão de mais 141 municípios até dez/2014)*
- ▶ Retificação do documento “Orientações para a adesão dos municípios”

A Caisan Estadual deve enviar à Caisan Nacional:

 - Ofício com a relação do(s) município(s) aptos a aderir
 - Nota Técnica - ou parecer - elaborada pela Caisan Estadual
 - Parecer do Consea Estadual
 - Termo de Adesão assinado pelo gestor municipal e o compromisso de elaboração do Plano Municipal de SAN
 - Cadastro dos representantes da Caisan e do Consea Municipal
- ▶ Mapeamento de SAN nos municípios
 - *Eixo 1: Identificação do Órgão Gestor*
 - *Eixo 2: Gestão da Política de SAN e Controle Social*
 - *Eixo 3: Equipamentos Públicos de SAN*
 - Municípios considerados prioritários: 1.334
 - -Quantidade de municípios que foram indicados pelos Conseas Estaduais e Caisans Estaduais: 852
 - - Tiveram o e-mail cadastrado no sistema: 630 (segue, em anexo, os municípios já cadastrados)
 - - Já começaram a responder: 128

– - Já finalizaram: 76

➤ **Monitoramento e avaliação**

- Monitoramento do Plansan
- Aprimoramento do Siplansan
- 2º semestre: Resolução da Caisan Nacional que define as diretrizes para o Plansan 2016/2019, prevendo a pactuação das prioridades e orientações para os planos estaduais.

➤ **Financiamento**

- Análise dos planos estaduais
- Contratação de consultoria para análise dos orçamentos estaduais em SAN – 1º sem/2015
- Discussão de um PL para repasse automático (Gestão do Sisan)

➤ **Comunicação**

- Novo site da Caisan Nacional (a ser desenvolvido)
- Boletim semanal
- Clipping mensal

VII. AVALIAÇÃO DA OFICINA

7.1 Infraestrutura

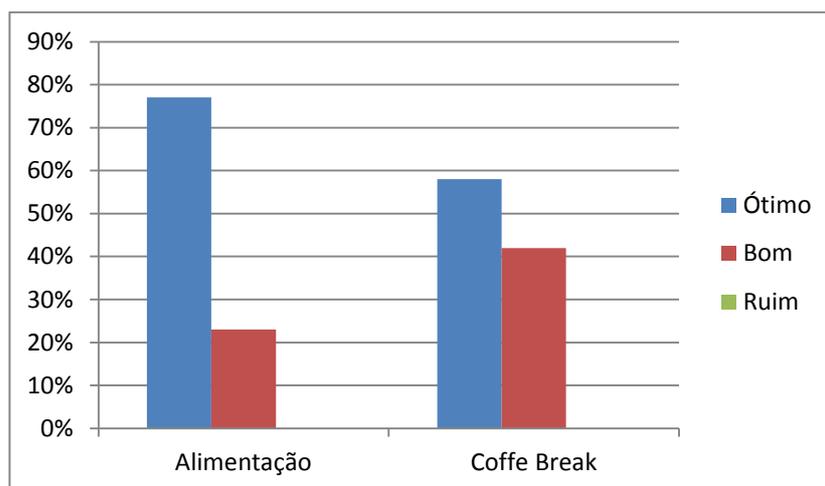
7.1.1 Alimentação

Do total de participantes, 77% consideraram a “Alimentação” Ótima, e 23% consideraram “Boa”. Nenhum participante assinalou o campo “Ruim” para esse quesito.

7.1.2 Coffe Break

Em relação ao coffe break, 58% consideraram “Ótimo”, e o restante (42%) consideraram “Bom”. Igualmente, nenhum participante assinalou “Ruim”.

Gráfico 1. Avaliação dos participantes - Infraestrutura



7. 2. Conteúdo

7.2.1 Plenárias

Em relação às plenárias, 64% consideraram “Ótimo”, e os outros 36% consideraram “Bom”. Esse quesito não recebeu avaliações “Ruim”.

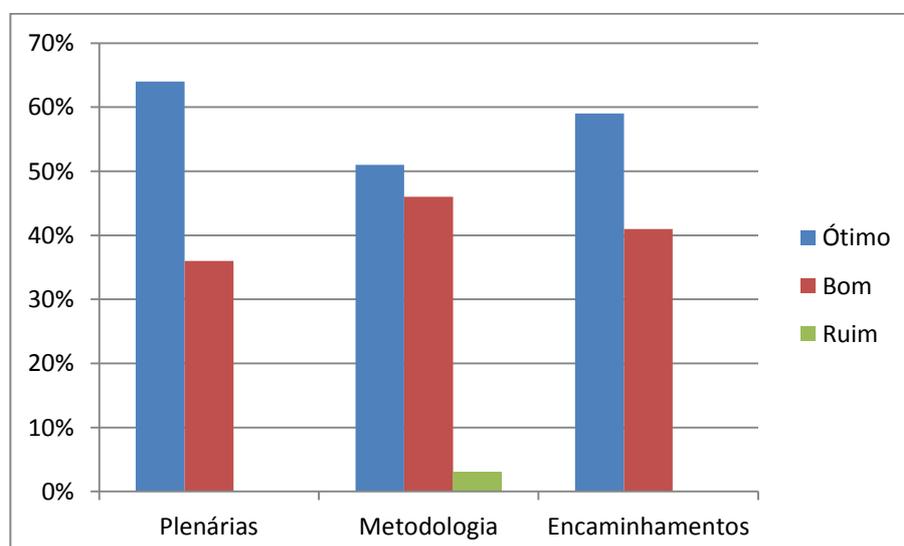
7.2.2 Metodologia

Para a metodologia, os resultados foram: “Ótimo” (51%), “Bom” (46%). A Metodologia foi o único quesito avaliado como “Ruim”, por cerca de 3% dos participantes.

7.2.3 Encaminhamentos

Em relação aos encaminhamentos, 59% dos participantes considerou “Ótimo”, os outros 41% consideraram “Bom”. Nenhum participante considerou “Ruim”.

Gráfico 2. Avaliação dos participantes – Conteúdo



VII. FOTOS DA OFICINA



Figura 1: Mesa de Abertura da Oficina



Figura 2: Momento 1 da Oficina



Figura 3: Debate em Plenária

VII. LISTA DE PARTICIPANTES

8º Encontro Caisans e Oficina Municípios		DATA: 15, 16 e 17 de Setembro de 2014	
Nº	Nome	Cargo/função	Estado/Município
Representantes da Caisan Nacional e Consea Nacional			
1	Patrícia Chaves Gentil	Coordenadora Geral de Apoio à Gestão e Implantação do Sisan	Brasília, DF
2	Carmem Priscila Boschi	Coordenadora Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Brasília, DF
3	Silvia Pollyana	CGSIS/ DEISP/SESAN/MDS	Brasília, DF
4	Michele Lessa de Oliveira	Diretora Sesan	Brasília, DF
5	Elcio Magalhães	Coordenador-técnico CGSIS/ DEISP/SESAN/MDS	Brasília, DF
6	Ana Flávia Rocha de Melo e Souza	CGSIS/ DEISP/SESAN/MDS	Brasília, DF
7	Cybelle Françoise Macedo de Freitas	CGSIS/ DEISP/SESAN/MDS	Brasília, DF
8	João Reus do Nascimento	CGSIS/ DEISP/SESAN/MDS	Brasília, DF

9	Valéria Rocha Ramos	CGSIS/ DEISP/SESAN/MDS	Brasília, DF
10	Telma Castello Branco	CGSIS/ DEISP/SESAN/MDS	Brasília, DF
11	Luisete Bandeira	Coordenadora-técnica de Educação Alimentar e Nutricional CGEAN/DEISP/SESAN/MDS	Brasília, DF
12	Juliane Helriguel de Melo Perini	Coordenação Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Brasília, DF
13	Rafaela de Sá Gonçalves	Coordenação Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Brasília, DF
14	Pedro Flach Romani	Coordenação Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Brasília, DF
15	Natália Araújo de Oliveira	Coordenação Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Brasília, DF
16	James Richard	Coordenação Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Brasília, DF
17	Ricardo da Silva Kaminski	CGSIS	Brasília, DF
18	Liliane Cunha de Souza	Consultora Coordenação Geral de Povos e Comunidades Tradicionais/Sesan/ MDS	Brasília, DF
19	Leticia Pacheco	Estagiária CGSIS/ Sesan/MDS	Brasília, DF
20	Juracema Ana Daltoe	Consultora CGEAN/ MDS	Brasília, DF
21	Carolina Martins dos Santos Chagas	Consultora CGEAN/ MDS	Brasília, DF
22	Elza Braga	CP1 - Consea Nacional	Consea Nacional
23	Ana Paula de Alvarenga Martins	Assistente CGEAN/DEISP/MDS	Brasília, DF
24	Etel Matielo	Consultora CGSIS/ DEISP/ MDS	Brasília, DF
25	Vivian Braga	Consultora DEISP/MDS	Brasília, DF
26	Marina Godoi de Lima	Consea Nacional	Brasília, DF
27	Maria Cecília Sobral de Paiva		Brasília, DF
28	Stéfane Nascimento da Silva	Funai	Brasília, DF
29	Maria de Fátima Carvalho	UNB	Brasília, DF
30	Gabriela Sandoval	UNB	Brasília, DF

31	Abiaíl Ferreira	Consea/DF	Brasília, DF
32	Bruna dos Santos Nunes	OPSAN/UNB	Brasília, DF
Representantes dos Estados - Caisan e Consea			
1	Pedro Makumbundu Kitoko	Presidente do CONSEA-ES	Espírito Santo
2	Rosane da Cunha e Silva	Secretária Executiva da CAISAN-SE	Sergipe
3	Sheilla Prudente Soares	Assessoria da CAISAN- SE	Sergipe
4	Ana Paula Vieira de Mendonça Santos	Diretora de Promoção e Vigilância em Segurança Alimentar e Nutricional	Alagoas
5	Jader Monteiro Moura	EMATER-PA – Membro do GT elaboração do plano Estadual de SAN	Pará
6	Luciana Correa Tolentino	Secretária Executiva da Caisan	Tocantins
7	Ana Cibele Ferreira Chaves	Analista Técnico Jurídico	Tocantins
8	Sabrina Parrino	Secretária Executiva CAISAN RS	Rio Grande do Sul
9	Roberta Rios	CAISAN-PA	Pará
10	Almira Mendes	Secretaria Estadual de Assistência Social	Pará
11	Rosa Ibiapina dos Santos	Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda	Pará
12	Edira de Nazaré Vidal ferreira	Secretaria de Estado de Meio Ambiente	Pará
13	Débora Moura	Secretaria Executiva Caisan	Piauí
14	Maria Alice Silva Nascimento	Nutricionista da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional da SASC	Piauí
15	Clarecinda Jesuíno	Coordenadora Estadual do PAA	Piauí
16	Rosa Maria Da Silva Barbosa	Presidente CPCE	Pará
17	Márcia Valéria Oliveira do Nascimento	Caisan	Rio de Janeiro
18	Elba Katiane Santos Borges	Secretaria Executiva da Caisan	Amazonas
19	Jacqueline Míriam Maciel Junqueira	Secretária Executiva CTSANS	Minas Gerais
20	Ester Malaquias Brandão	Caisan	Paraíba
21	Geanne Brito da Rocha Miranda	Coordenação Estadual de Nutrição	Pará

22	Tereza Cristina do Vale Canabrava	Assessora Técnica da CAISAN	Ceará
23	Regina Ângela Sales Praciano	Secretária Executiva da CAISAN	Ceará
24	Kleber Gomes de Sousa	Secretario Executivo da Caisan	Maranhão
25	Luiz Fernando Amorim Pereira	Superintendente de Segurança Alimentar	Maranhão
26	Dinair Pereira Duarte	Presidente do CONESAN	Goiás
27	Arnaldo Francisco do Bonfim	Secretário Executivo da CAISAN	Goiás
28	Aline Lopes Galvão	Nutricionista da Merenda Escolar	Goiás
29	Maria Elizabeth do Nascimento Ramos	Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social	Roraima
30	Nilcéa Josefa dos Santos	Representante da SEDUC	Mato Grosso
31	Rosa Maria Da Silva Barbosa	Presidente CPCE	Pará
32	Cleusa Firmino	Caisan/RO	Rondônia
33	Abiaíl Ferreira	Consea/DF	Brasília, DF
Representantes dos Municípios			
1	Claudia Alves do Valle Stehling	Representate Prefeitura Rio Branco em Brasília	Rio Branco
2	Ivone Vitoria Fernandes Magalhães	Diretora do Departamento de Gestão Integrada da Política de Assistência Social e SAN	Feira de Santana
3	Roberta Bezerra Fonseca Leite	Assistente Social - Consea	Feira de Santana
4	Maria de Fátima Gomes Menezes	Presidente da CAISAN	Caucaia
5	Valdiana Ribeiro dos Santos	Tecnologa em Alimentos	Tamboril
6	Antonia Aurileda Vieira da Costa	Secretária do Trabalho e Assistência Social	Tamboril
7	Elisângela Assunção Nunes	Secretária Executiva da CAISAN	Maracanaú
8	Mara Michele Teixeira Gomes Araújo	Coordenadora de San/Paa	Lavras da Mangabeira
9	Pedro Pereira Marcos	Coordenadoria de SAN	Lavras da Mangabeira
10	Patricia de Oliveira Santos Wolfgramm	Secretaria Executiva da Casa dos Conselhos	Baixo Guando

11	Camilla Lemke Bezerra Holz	Secretária Ação Social	Santa Maria de Jetibá
12	Luciana Neitzke	Nutricionista Secretaria de Ação Social	Santa Maria de Jetibá
13	Antonia Jeane Alves de Souza	Subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional	Vitória
14	Maria Geralda do Carmo Lima	Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Vitória
15	Geovana Pádua		Linhares
16	Itamar Francisco da Silva	Coordenador de Programas e Ações	Minaçu
17	Isabel Yoshiko Shibuya	Superintendente de Segurança Alimentar	Aparecida de Goiânia
18	Daniele Carvalho Lima	Diretora do Departamento de San	Timon
19	Felliphe Marinho costa	Coordenador do Acessuas Trabalho	Várzea Grande
20	Carlos Eduardo Almeida	Coordenador de Segurança Alimentar	Poços de Caldas
21	Danielle Santos Fontenelle	Chefe de Divisão de Segurança Alimentar	Santarém
22	Maria Alice Schorr Kuntz	Secretária Executiva do COMSEA	Ourilândia do Norte
23	Maria Rosilene dos Reis Oliveira	Coord. Segurança Alimentar e Nutricional	Paragominas
24	Elaisa Avila Coelho de Sá Freire	Coord. da Proteção Social Básica	Paragominas
25	Maria Lúcia da Silva	Diretora de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional	João Pessoa
26	Vernayde Maria Teotonio Ramalho	COMSEA	João Pessoa
27	Euzo da Cunha Chaves	Secretario de Ação e Inclusão Social	Cabedelo
28	Simonne Maux Dias	Assessora Jurídica - Secretaria de Ação e Inclusão Social	Cabedelo
29	Berta Maribondo de Araújo	Assessora Administrativa	Cabedelo
30	Maressa Borges da Silva	Chefe de Divisão de Segurança Alimentar e Nutricional	Umuarama
31	Ana Elizabeth de Brito Cavalcanti	Chefe da Divisão de Segurança Alimentar	Recife
32	Ana Paula Gomes da Silva		
33	Antonio William Almeida de Sousa	Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETAS	Piripiri

34	Ana Diva Macedo	Nutricionista da Assistência Social	Teresina
35	Maria de Fátima Lustosa	Secretária Municipal do Trabalho e Cidadania	Corrente
36	Jurema Batista		Rio de Janeiro
37	Julio Cesar Lacerda		Rio de Janeiro
38	Daniele Marano		Duque de Caxias
39	Isabel Cristina Oliveira da Silva Jóia		Duque de Caxias
40	Ayde Valerio		Rio de Janeiro
41	Elisângela de Araújo Teixeira	Nutricionista do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional	Natal
42	Maria Cristina Carvalho Juliano	Secretária de Município da Cidadania e Assistência Social	Rio Grande
43	Ronaldo Pozzobon	Coordenador de Segurança Alimentar	Santa Maria
44	Jaqueline Ritter Rebelato	Assessor de Gabinete	Santa Maria
45	Sandra Maria Rebelato	Vereadora	Santa Maria
46	Eveline Ruy Dias	Coordenadora Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - COSANS	Porto Alegre
47	Antônio Marcos de Moura	Coordenador Suplente do Banco de Alimento	Ariquemes
48	Brenda Brasil da Silva Amaral	Secretaria Municipal de Assistência Social	Porto Velho
49	Luiz Alberto Rincoski Faria	Prefeito Municipal	Canoinhas
50	Marcia Maria Kayser	Coordenadora Caisan	Blumenau
51	Vanessa Scheid	Nutricionista da Assistência Social	Criciúma
52	Wilson Pereira		Canoinhas
53	Rosana Nascimento da Silva	Secretária Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social	Hortolândia
54	Alessandra dos Santos Barbosa Sarto	Diretora do Departamento de Segurança Alimentar	Hortolândia
55	Roberta Maria dos Santos	Secretária Adjunta Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Qualificação Profissional	Embu das Artes
56	Paulo Cezar Martins Junior	Diretor de Segurança Alimentar	Embu das Artes

57	Aurenice Neres de Oliveira	Coordenadora do Banco de Alimentos	Embu das Artes
58	Anne W. Kepple	Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Rio Claro
59	Cintia Regina Conde Gelli dos Santos	Coordenadora de Proteção Especial	Itapevi
60	Thaís Leonardi Bassinello	Chefe da Divisão de Segurança Alimentar e Nutricional	Limeira
61	Claudenora da Silveira Santos	Secretária executiva CAISAN	Lagarto